



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Centro		Curso	Disciplina
Centro de Educação		Mestrado Profissional em Educação	Políticas Públicas e Gestão Educacional - MPE-1001
Carga Horária	Créditos	Horário	Dia das Aulas
30h	02	8h às 12h	Terça Feira
Professora: Dulcinéa Campos Silva			Semestre: 2019/1

EMENTA

Analisa o processo de formulação, planejamento, implementação e avaliação de políticas educacionais e da gestão educacional em sistemas, redes e unidades na perspectiva da efetividade dos preceitos constitucionais e legais que asseguram o direito a educação no Brasil.

OBJETIVOS

- Caracterizar os elementos essenciais para a compreensão do conjunto da política educacional brasileira.
- Discutir a gestão educacional no âmbito das relações Inter federativas, das diferentes das esferas governamentais e unidades educativas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da disciplina serão realizadas aulas expositivas dialogadas, apresentação de painéis e seminários, discussões temáticas, pesquisas em grupo, análise de documentos e produção de textos.

Metodologia dos Seminários temáticos

- Grupo que apresentará o seminário: Leitura obrigatória dos textos básicos para articulação da exposição, além dos textos e materiais que utilizarem na pesquisa;
- Alunas/os que não apresentam trabalho no dia: Leitura mínima obrigatória do primeiro texto e um outro a escolha, entre os textos básicos listados, conforme cronograma dos seminários;
- Entrega de síntese com resumo/roteiro (de 1 a 2 laudas - para entrega a todos os colegas com antecedência mínima de dois dias (e-mail). A cópia do professor deve ser impressa;
- A exposição do grupo **não deverá ultrapassar 50 minutos**
- Discussão e considerações (60 minutos)

Trabalho final:

Elaboração de um texto destacando os conhecimentos abordados na disciplina, relacionando-os à atividade profissional em que atua – 5 a 10 laudas

AVALIAÇÃO

Os participantes serão avaliados tendo em vista os seguintes critérios:

- Participação nas atividades desenvolvidas nos debates, painéis, pesquisas – 3,0 pts.
- Preparação e apresentação de seminário temático coletivo – 3,0 pts.

- Produção trabalho final - 4,0 pts.

DIA	ATIVIDADES
02/04	<ol style="list-style-type: none">1 Apresentação e construção coletiva da disciplina e organização das atividades do semestre.2 Diálogo sobre: A política de educação materializada nas atividades que desenvolvem no trabalho profissional de cada aluno, tendo em vista as suas contradições.3 Organização de oito grupos de trabalho composto por cinco pessoas e escolha do tema, conforme cronograma do plano de ensino. Haverá duas apresentações de seminário por dia de aula, tendo cada grupo 1:15h para a apresentação e 30 min de discussão.4 Introdução às concepções de Estado e Teoria Política <p>Atividade: Leitura dos cap. 1, 2 e 3 do livro CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1994, ressaltando as concepções de Estado historicamente construídas e como o sujeito é pensado ou concebido em cada uma dessas concepções em: Hobes, Lock e Rousseau; Marx e Gramsci</p> <p>- Entrega da atividade na aula datada em 07/05 (3 ptos)</p>
16/04	Continuidade às concepções de Estado e Teoria Política com ênfase as concepções de Estado historicamente construídos e como o sujeito é pensado ou concebido em cada uma delas em: Hobes, Lock e Rousseau; Marx e Gramsci
07/05	Introdução às concepções de Estado e Políticas públicas de educação: centralização/descentralização; público/privado; Qualidade / Quantidade e Responsabilização Relações intergovernamentais: Políticas (de estado e de governo), programas e fundamentos legais pós 1988 (CF; LDB; BNCC; PNE)
20/05	I – Projetos Antagônicos da LDB e seu alinhamento com as a reforma educacional dos anos 1990. II - Planos Decenais para Educação (Nacional, Estadual e Municipais): Papel do Fóruns e Conselhos; Cumprimento dos prazos das metas e estratégias (nacional e estadual), CONAE/CONAPE.
04/06	III - O Financiamento da Educação Brasileira no século XX e as mudanças com a CF de 1988: O FUNDEF/FUNDEB (CAQ/CAQi) e o mecanismo de redistribuição às redes públicas, autonomia financeira da escola e controle social IV - Avaliação da Educação básica no Brasil. (Sistema Nacional de Avaliação)
18/06	V - Formação e valorização dos profissionais da educação no contexto da Educação Brasileira (Inicial e Continuada)

	VI - A gestão democrática e sua institucionalidade na organização da educação brasileira após 1988 e a efetivação da gestão democrática nos entes federativos e na escola (órgãos colegiados, gestão democrática participativa – papel dos conselhos e fóruns - e movimentos sociais)
02/07	VII - Ensino Superior no Brasil e a Política Nacional de Formação de Professores de Educação do Campo VIII - Políticas e práticas de gestão nos sistemas estadual e municipais do Espírito Santo: a) Fundamentos e princípios; b) Práticas, projetos e sujeitos; c) Avaliação a) - Redes Municipais – Organização, estrutura e atualidade (duas redes) b) - Rede Estadual – História e atualidade
09/07	Avaliação do semestre e confraternização

TEXTOS A SEREM TRABALHADOS NOS ENCONTROS

ESTADO E TEORIA POLÍTICA - 02/04 e 16/04

1. CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1994.
2. POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017
3. HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Disponível em 04 Sept. 2018.
4. Verbete dicionários:
5. a) ESTADO, In: GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp/Fundap, 2015
6. b) ESTADO, In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.2 v

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 1990 E O NEOLIBERALISMO – 07/05

1. KRUPPA, S. M. O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. Trabalho apresentado na 24ª. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, out. 2001. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/T0511651397173.doc. Acesso em: 26 jul. 2009.

2. PERONI, Vera Maria Vidal. O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DOS ANOS 90. UFRS. Rio Grande do Sul, (ano?) . Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0508t.PDF>

3. FREITAS, L.C. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016

4. ADRIÃO, Theresa. BEZERRA, Egle Pessoa. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013.

5. SCAF. Elisangela Alves da Silva. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. **Educação Unisinos** n.21, v.2, p. 146-154, maio/ago. 2017

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

I

I Projetos Antagônicos da LDB e seu alinhamento com a reforma educacional dos anos 1990 (20/05)

1 – BRZEZINSKI, Iria. TRAMITAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA LDB/1996: EMBATES ENTRE PROJETOS ANTAGÔNICOS DE SOCIEDADE E DE EDUCAÇÃO Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul./out.2010. <http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n2/a02v8n2.pdf>

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAAE**. v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

2- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: Acesso em: 03 out. 2009.

3- ARAUJO, Gilda Cardoso de. Direito à educação básica: A cooperação entre os entes **federados Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 231-243, jul./dez. 2010

Complementar:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >

_____. Lei 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >

_____. Lei 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >

II

II - Planos Decenais para Educação (Nacional, Estadual e Municipais): Papel do Fóruns e

Conselhos. Cumprimento dos prazos das metas e estratégias (nacional e estadual), CONAE/CONAPE. (20/05)

1 - DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação**: política de Estado para a educação brasileira. Brasília : Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCAÇÃO+-+Política+de+Estado+para+a+educação+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Acesso em: 20.06.2018.

2 - FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). **Documento final plano de lutas**. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018.

3 - GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-361, ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2018.

Complementar:

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20.06.2018.

GOMES. A.V. (Org.). **Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

Disponível em: file:///C:/Users/eduar/Downloads/pne_olhares_gomes.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GOMES, A.V.; SENA, P. **Plano Nacional de Educação – atribuições e prazos intermediários da lei Nº 13.005/2014**. Nota Técnica. Câmara dos deputados, 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2014_143661.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

III

III - O Financiamento da Educação Brasileira no século XX e as mudanças com a CF de 1988. O FUNDEF/FUNDEB (CAQ/CAQi) e o controle social. (04/06)

1 - CURY, Carlos Roberto Jamil. **Financiamento da educação brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-015-15-torna-permanente-o-fundeb-educacao/documentos/audiencias-publicas/FinanciamentoEBCarlosRobertoJamilCury.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

2 - SOARES, R.S. O financiamento da educação pública nas Constituições Brasileiras. IN: RANIERI, N.B.S.; ALVES. A.L.A. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018. p.49-76. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002627/262765por.pdf>. Acesso em 18.07.2018.

3- DOURADO. Luiz Fernandes et al. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares n.7). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: 12.06.2017

4 - TAPOROSKY, Barbara Cristina Hanauer. O valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, o CAQi e a reserva do possível. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/62847/39387>. Acesso em: 10.06.2017.

5- AMARAL, Nelson Cardoso., DOURADO, Luiz Fernandes., AZEVEDO, Janete Maria Lins de., OLIVEIRA, João Ferreira de., AGUIAR, Márcia Ângela da S.(Orgs.). **Financiamento da Educação e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ)** – Caderno Temático 9. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/9Caderno.pdf>. Acesso em 03.06.2017.

5

IV

IV - Avaliação da Educação básica no Brasil. (Sistema Nacional de Avaliação) (04/06)

1 - WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica**: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

2 - SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014

3 - OLIVEIRA, S.B.; MENEGÃO, R.C.S.G. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação (Resenha do livro de autoria de Diane Ravitch, traduzido por Marcelo Duarte) **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a17v33n119.pdf>. Acesso em: 03.08.2018.

Complementar:

SANTOS, A. A.; HORTA NETO, J.L. JUNQUEIRA, R.D. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb): proposta para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. DISPONIVEL EM: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/sistema_nacional_de_avaliacao_da_educacao_basica_sinaeb_-_proposta_para_atender_ao_disposto_no_plano_nacional_de_educacao_1.pdf. Acesso em: 10.06.2017

ALEXANDRE NETO, Manoel Morais de o. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados. Estudos, Maio, 2015.

HORTA NETO, João Luiz. Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos. *Rev. educ. PUC-Camp.*, Campinas, 23(1):37-53, jan./abr., 2018. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3990/2565>. Acesso em 10.08.2018.

NORMAND, Romuald. **Mercado, performance, accountability**. Duas décadas de retórica reaccionária na educação. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 11, 49-76, 2008.

V

V - Formação e valorização dos profissionais da educação no contexto da Educação Brasileira (Inicial e Continuada) (16/06)

1- DOURADO, L. F. Valorização dos profissionais da educação Desafios para garantir conquistas da democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

2 -BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

3 - FREITAS, H.C.L. Contribuição para construção de Diretrizes de uma Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação. IN: AGUIAR, Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.).

Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. p.31-56

Complementar:

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **Políticas de formação do magistério: ANFOPE em movimento**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

AGUIAR, Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

VI

VI - A gestão democrática e sua institucionalidade na organização da educação brasileira após 1988 e a efetivação da gestão democrática nos entes federativos e na escola (órgãos colegiados, gestão democrática participativa – papel dos conselhos e fóruns - e movimentos sociais) (16/06)

1 - FERREIRA, Naura S.C. Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades. **Em aberto**, Brasília, v.17,n.72 p.167-17, fev./jun., 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Gestao+escolar+e+formacao+de+gestores/3d03dfb4-3a86-4b24-b17f-f140ea58bd45?version=1.3>. Acesso em: 13.08.2017.

2- GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Texto CONAE 2014. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf. Acesso em 20.05.2018

3 - OLIVEIRA, J.F.; MORAIS, DOURADO, L.F. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações**. Escola de Gestores. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf. Acesso em: 20.07.2017

5- FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). **Documento Referência. Eixo III planos decenais, SNE e gestão democrática, participação popular e controle social**. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018.

Complementar:

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Termo de referência N° 03/2014 **Produto I – Documento técnico contendo estudo analítico sobre o panorama nacional de efetivação da gestão democrática na Educação Básica no Brasil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26111-produto1-panorama-nacional-efetivacao-gestao-democratica-edu-basica-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 mar.2017.

_____. Termo de referência n° 03/2014. **Produto II. Relatório do estudo analítico sobre as políticas públicas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26121-produto2-politicas-publicas-gestao-democratica-ensino-publico-edu-basica-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 mar.2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **RBPAAE**, v.18, n.2, jul./dez, 2002.p.163-174.

VII VIII

VIII - Ensino Superior no Brasil e a Política Nacional de Formação de Professores da Educação do Campo

1 Verbetes do Dicionário da Educação do Campos

- ARROYO, Miguel. Formação de educadores do campo. In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, S. Paulo, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. **Licenciatura em Educação do Campo**. In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, S. Paulo, 2012.

SANTOS, Clarice Aparecida. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**. In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, S. Paulo, 2012

1 - THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio; DE MARI, Cezar Luiz. A obsessão pela excelência: universidades de classe mundial no Brasil?. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 4, n. 3, p. 716-745, ago. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652528>>. Acesso em: 10.08. 2018.

2 - FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educ. rev.*, Curitiba , n. 28, p. 17-36, Dec. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 20.07.2018

3 - ZAINKO, M.A.S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

Complementar:

BRASIL. MEC. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2015**. 2ª ed. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 7.jun.2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cad. Pesquisa**. n..101. p. 20-49, jul, 1997

DWYER, Tom (Org.), **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf. Acesso em: 06.08.2018

VIII

VIII - Políticas e práticas de gestão nos sistemas estadual e municipais do Espírito Santo: a) Fundamentos e princípios; b) Práticas, projetos e sujeitos; c) Avaliação

c) - Redes Municipais – Organização, estrutura e atualidade (duas redes)

d) - Rede Estadual – História e atualidade

a) 1 - OLIVEIRA JUNIOR, Rui Barbosa. **As políticas educacionais do segundo mandato do governo Paulo Hartung e seus impactos no trabalho docente**. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2013. Capítulo 2. p.59 - 90. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6080/1/Ruy%20Barboza%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>. Acesso em: 20.07.2018.

2 - PETERLE, Tatiana Santos. **A política estadual de educação no espírito santo: o papel do projeto “escola viva” no direito social à educação básica e profissional**. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2016. Capítulo 5. p.134 - 174. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8595/1/tese_10601_DISSERTA%C3%87%C3%83O.%20Tatiana%20Gomes%20dos%20Santos%20Peterle.pdf. Acesso em: 20.07.2018

3 -OLIVEIRA, Ueber José de.; LIRIO, Marcos Marcelo. O projeto escola viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no espírito santo (2003-2016). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica** - CLIO (Recife), n. 35, p. 273-295, Jan-Jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25043>

b) - UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Orientações ao dirigente municipal de educação: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Fundação Santillana, 2012 Disponível em: < https://undime.org.br/uploads/documentos/phpXS7pws_5703f651a3666.pdf >.

2 - Textos a serem disponibilizados pelo grupo de acordo com os municípios escolhidos – Um município que é sistema e outro que não se constituiu como sistema municipal.

Complementar:

ESPÍRITO SANTO. Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989, Capítulo III – Da Educação, da Cultura, do Desporto e do Lazer, do Meio Ambiente, e da Ciência e da Tecnologia. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf.. Acesso em: 10 fev.2017.

ESPÍRITO SANTO. SEDU. **Manual de gestão**: informações úteis ao gestor escolar da rede estadual do Espírito Santo. Vitória, 2017. Disponível em: <http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/manuais/Manual%20da%20Gest%C3%A3o%20completo.pdf>. Acesso em: 03.08.2018.

CÓCO, Dilza; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Avaliação externa nas classes de alfabetização no Espírito Santo. Pro-Posições, [S.l.], v. 28, p. 63-87, mar. 2018. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8651749>>. Acesso em: 04 ago. 2018

COUTINHO, J.M. **Uma História da Educação no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

OLIVEIRA, Edna Castro et al. (Org.) **Trajatória histórica das políticas públicas da educação de jovens e adultos no estado do espírito santo no período de 1995 a 2004**.

BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, Theresa. BEZERRA, Egle Pessoa. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013.

AGUIAR, Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

AGUIAR, Márcia Ângela da S.; OLIVEIRA, João Ferreira de; AZEVEDO, Janete Maria Lins de; DOURADO, Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson Cardoso. (Orgs.). **Gestão e Autonomia dos Sistemas e das Unidades Educacionais** – Caderno Temático 2. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/2Caderno.pdf>. Acesso em: 04.07.2017.

ALEXANDRE NETO, Manoel Morais de o. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados. Estudos, Maio, 2015.

AMARAL, Nelson Cardoso., DOURADO, Luiz Fernandes., AZEVEDO, Janete Maria Lins de., OLIVEIRA, João Ferreira de., AGUIAR, Márcia Ângela da S.(Orgs.). **Financiamento da Educação e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ)** – Caderno Temático 9. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/9Caderno.pdf>. Acesso em 03.06.2017.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Direito à educação básica: A cooperação entre os entes **federados Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 231-243, jul./dez. 2010

ARAUJO, Gilda Cardoso. Do programa ao Diagrama: uma contribuição sócio-histórica para a relação entre Estado, sociedade e direito à educação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 213-232, jan./abr. 2016.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BALL, S.J. Educação Global S.A.: **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá, Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 62 jul.-set. 2015

BARROSO, J. (Org). A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores. **EDUCA/Unidade de I&D de Ciências da Educação**. Lisboa, 2006.

BASSI, Camilo M. . **Implicações dos novos regimes fiscais no financiamento da Educação Pública**. Brasília: IPEA, agosto 2018 (Texto para discussão). Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2407.pdf. Acesso em 20.08.2018

BORDIGNON, G. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/3082/FPF_PTPF_12_079.pdf

BOTTOMORE, Tom et al. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Termo de referência Nº 03/2014 **Produto I – Documento técnico contendo estudo analítico sobre o panorama nacional de efetivação da gestão democrática na Educação Básica no Brasil**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26111-produto1-panorama-nacional-efetivacao-gestao-democratica-edu-basica-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192
Acesso em: 22 mar.2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Termo de referência nº 03/2014. **Produto II. Relatório do estudo analítico sobre as políticas públicas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26121-produto2-politicas-publicas-gestao-democratica-ensino-publico-edu-basica-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 22 mar.2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Lei 9.394, de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >

BRASIL. MEC. **Relatório final. GT CAQ** – Portaria 459, de 12 de maio de 2015. Grupo de Trabalho constituído com a finalidade de “elaborar estudos sobre a implementação do Custo Aluno Qualidade – CAQ, como parâmetro para o financiamento da Educação Básica. Brasília, 2015. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/RELATORIO_FINAL_GT_CAQ_out_15.pdf. Acesso em: 10.06.2017.

BRASIL. MEC. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2015.** 2ª ed. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 7.jun.2018.

BRASIL. MEC.FNDE. **FUNDEB: manual de orientação.** Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/manual_orientacao_fundeb.pdf. Acesso em 18.06.2017

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20.06.2018.

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **Políticas de formação do magistério:** ANFOPE em movimento. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

CALLEGARI, C. (Org.) **O FUNDEB e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo.** 5.ed.São Paulo: Aquariana: IBSA : APEOESP, 2010. 584p.Disponível em:www.apoesp.org.br/d/sistema/publicacoes/172/arquivo/livro-fundeb.pdf. Acesso em: 10.06.2017.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política.** 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1994.

CÔCO, Dilza; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Avaliação externa nas classes de alfabetização no Espírito Santo. *Pro-Posições*, [S.l.], v. 28, p. 63-87, mar. 2018. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8651749>>. Acesso em: 04 ago. 2018

COUTINHO, J.M. **Uma História da Educação no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

CRUZ Rosana Evangelista da., SILVA, Samara de Oliveira (Orgs.). *Gestão da política nacional de educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação*. Teresina: EDUFPI, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cad. Pesquisa**. n..101. p. 20-49, jul, 1997

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **RBP**, v.18, n.2, jul./dez, 2002.p.163-174.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Financiamento da educação brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-015-15-torna-permanente-o-fundeb-educacao/documentos/audiencias-publicas/FinanciamentoEBCarlosRobertoJamilCury.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

DOURADO, L. F. (Org.). *Política e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios*. São Paulo: Xamã, 2009

DOURADO, L. F. Valorização dos profissionais da educação Desafios para garantir conquistas da democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira**. Brasília : Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCAÇÃO+-+Política+de+Estado+para+a+educação+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Aceso em: 20.06.2018.

DOURADO. Luiz Fernandes et al. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares n.7). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: 12.06.2017

DWYER, Tom (Org.), **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira** / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf. Acesso em: 06.08.2018

ESPÍRITO SANTO. Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989, Capítulo III – Da Educação, da Cultura, do Desporto e do Lazer, do Meio Ambiente, e da Ciência e da Tecnologia. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf.. Acesso em: 10 fev.2017.

ESTADO, In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.2 v

ESTADO, In: GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio.(Orgs.). *Dicionário de políticas publicas*. São Paulo: Editora Unesp/Fundap, 2015

ESTADO, In: GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp/Fundap, 2015

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20.07.2018

FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. (Org.) **Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Naura S.C. **Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades**. Em **aberto**, Brasília, v.17,n.72 p.167-17, fev./jun., 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Gestão+escolar+e+formação+de+gestores/3d03dfb4-3a86-4b24-b17f-f140ea58bd45?version=1.3>. Acesso em: 13.08.2017.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). **Documento Referência. Eixo III**
FRANÇA, M.; BARBOSA JUNIOR, W.P. (Org.). **Políticas e práxis educativas**. Natal: Editora Caule de Papiro, 2017. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/POLITICAS-E-PRAXIS-EDUCATIVAS.pdf>. Acesso em: 20.07.2018.

FREITAS, H.C.L. **Contribuição para construção de Diretrizes de uma Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação**. IN: AGUIAR, Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. p.31-56

FREITAS, L.C. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade**. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Texto CONAE 2014. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf. Acesso em 20.05.2018

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-361, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2018.

GOMES, A.V.; SENA, P. **Plano Nacional de Educação – atribuições e prazos intermediários da lei Nº 13.005/2014**. Nota Técnica. Câmara dos deputados, 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2014_143661.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GOMES. A.V. (Org.). **Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

Disponível em: file:///C:/Users/eduar/Downloads/pne_olhares_gomes.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GOUVEIA, Andréa Barbosa., PINTO, José Marcelino Rezende, CORBUCCI, Paulo Roberto (Orgs.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília : Ipea, 2011.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Disponível em 04 Sept. 2018.

HORTA NETO, João Luiz. Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos. *Rev. educ. PUC-Camp.*, Campinas, 23(1):37-53, jan./abr., 2018. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducao/article/view/3990/2565>. Acesso em 10.08.2018.

JACOMINI, M; GIL .; CASTRO E C. Jornada de trabalho docente e o cumprimento da Lei do Piso nas capitais. **RBPAAE** - v. 34, n. 2, p. 437 - 459, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/86367/49650>. Acesso em: 10.08.2018.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Maria José Rocha. Origem dos fundos para a educação: breve histórico. In: LIMA, Maria José Rocha., DIDONET, Vital. **Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: avanços na universalização da educação básica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. P.21-30.

MACEDO E.; PACHECO, J. A. (Orgs.) **Globalização e Educação Desafios para Políticas e Práticas**. Porto: Porto Editora, 2006.

MENDONÇA, Erasto F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXII, n.75. p. 84-108, ago. 2001.

NORMAND, Romuald. **Mercado, performance, accountability**. Duas décadas de retórica reaccionária na educação. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 11, 49-76, 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, Rui Barbosa. **As políticas educacionais do segundo mandato do governo Paulo Hartung e seus impactos no trabalho docente**. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6080/1/Ruy%20Barboza%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>. Acesso em: 20.07.2018.

OLIVEIRA, D. A. de. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. (Org.). 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAAE**. v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Edna Castro et al. (Org.) **Trajectoria histórica das políticas públicas da educação de jovens e adultos no estado do espírito santo no período de 1995 a 2004**.

OLIVEIRA, J.F.; MORAIS, DOURADO, L.F. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações.** Escola de Gestores. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf. Acesso em: 20.07.2017

LIVEIRA, Ueber José de.; LIRIO, Marcos Marcelo. O projeto escola viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no espírito santo (2003-2016). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica** - CLIO (Recife), n. 35, p. 273-295, Jan-Jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25043>

OLIVEIRA,S.B.; MENEGÃO, R.C.S.G. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação (Resenha do livro de autoria de Diane Ravitch, traduzido por Marcelo Duarte) **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a17v33n119.pdf>. Acesso em: 03.08.2018.

ÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). **Documento final plano de lutas.** Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018.

PETERLE, Tatiana Santos. **A política estadual de educação no espírito santo: o papel do projeto “escola viva” no direito social à educação básica e profissional.** Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2016. p.134 - 174. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8595/1/tese_10601 DISSERTA%C3%87%C3%83O.%20Tatiana%20Gomes%20dos%20Santos%20Peterle.pdf. Acesso em: 20.07.2018

PINTO, Jose Marcelino Resende. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. **RBPAAE** – v.22, n.2, p. 197-227, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/18877/10996>. Acesso em: 03.08.2018.

planos decenais, SNE e gestão democrática, participação popular e controle social. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017

SANDER, Benno. A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação. **Linhas críticas**, v.11. n.20. p.41-54, jan./jun.2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/5372/4478>. Acesso em: 05.07.2017

SANTOS, A. A.; HORTA NETO, J.L. JUNQUEIRA, R.D. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb): proposta para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. DISPONIVEL EM: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/sistema_nacional_de_avaliacao_da_educacao_basica_sinaeb_-_proposta_para_atender_ao_disposto_no_plano_nacional_de_educacao_1.pdf. Acesso em; 10.06.2017

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema.** 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCAF. Elisângela Alves da Silva. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. **Educação Unisinos** n.21, v.2, p. 146-154, maio/ago. 2017

SCHEIBE, Leda AGUIAR, Valorização dos profissionais de educação: a formação como foco. In: Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.p. 13-30.

SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOARES, R.S. O financiamento da educação pública nas Constituições Brasileiras. IN: RANIERI, N.B.S.; ALVES. A.L.A. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018. p.49-76. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002627/262765por.pdf>. Acesso em 18.07.2018.

SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014

SOUZA, Ângelo Ricardo de. TAVARES, Taís Moura. Gestão democrática da escola e da educação: da teoria à prática. In: AZEVEDO, Janete Maria Lins de.; AGUIAR, Márcia Angela da S.(Orgs.). **Qualidade Social da Educação Básica**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

TAPOROSKY, Barbara Cristina Hanauer. O valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, o CAQi e a reserva do possível. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2016.Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/62847/39387>. Acesso em: Acesso em: 10.06.2017.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio; DE MARI, Cezar Luiz. A obsessão pela excelência: universidades de classe mundial no Brasil?. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 4, n. 3, p. 716-745, ago. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652528>>. Acesso em: 10.08. 2018.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Orientações ao dirigente municipal de educação: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Fundação Santillana, 2012 Disponível em: <https://undime.org.br/uploads/documentos/phpXS7pws_5703f651a3666.pdf>.

VAN ZANTEN, A. Dicionário de educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

VIEIRA, Juçara Dutra. Valorização Profissional: um diálogo com as metas do PNE In: Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.p. 57-83

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica**: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

ZAINKO, M.A.S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, S. Paulo, 2012.

PORTAIS E SITES

<http://cyted.riaipe.net>

<http://hdr.undp.org>

<http://portal.mec.gov.br/prouni/>

<http://portal.unesco.org>

<http://reuni.mec.gov.br/>

<http://unesdoc.unesco.org>

<http://www.anped.org.br>

<http://www.cdl.org>

<http://www.educoas.org>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.oei.es>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.rieoei.org>

<http://www2.camara.gov.br>